



PELA DESCOLONIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS

douglas takeshi simakawa (viviane v)¹

Resumo: Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as diversas identidades e vivências transgêneras e não-cisgêneras², utilizando-se conceitos e metodologias inspirados por saberes subalternos, em especial a Teoria Queer e os Estudos Pós-Coloniais. Seguindo o caminho intelectual descentralizador trilhado ao se considerar a heterossexualidade como valor idealizado e dominante, e contextualizando as visões contemporâneas de gênero desde uma perspectiva histórica crítica (anticolonial), pretende-se conceituar a cisgeneridade como categoria analítica fundamental no entendimento das normatizações e opressões infligidas (não somente, mas especialmente) a pessoas transgêneras e não-cisgêneras, em alguns dos diferentes aspectos e esferas nas quais elas se fazem presentes.

Palavras-chave: Transgeneridade, Cisgeneridade, Descolonização, Teoria Queer, Estudos Pós-Coloniais.

Descolonização, identidades trans

“Eu recuso qualquer posição fatalista diante da história [...]. Eu não aceito, por exemplo, expressões como 'É uma pena que haja tantos brasileiros e tantas brasileiras morrendo de fome, mas, afinal, a realidade é essa mesma'. Não! Eu recuso, como falsa, como ideológica, essa afirmação. Nenhuma realidade 'é assim mesmo': toda realidade está aí, submetida à possibilidade de nossa intervenção nela.” (FREIRE, 1997, 5'10")

Este trabalho fala de identidades transgêneras e não-cisgêneras, mas sobretudo fala de opressões sobre individualidades transgêneras e não-cisgêneras; fala sobre transgeneridades, mas sobretudo fala sobre cisgeneridades. Neste sentido, é uma análise cujo foco está menos em 'tecnologias de gênero' que nos corpos transgêneros retalhados e perfurados em ruas urbanas e rurais; menos em subversões e trânsitos de gênero que na rigidez aparentemente neutra e natural de um sistema de gênero binário; menos, enfim, em dúvidas sobre quem seriam as mulheres travestis e as mulheres transexuais³

¹ Graduada em ciências econômicas pela Unicamp e integrante do CUS (grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade - UFBA). E-mail: douglasts@gmail.com.

² Insisto no termo 'não-cisgênerxs' para enfatizar que utilizo a transgeneridade em uma acepção bastante ampla, de maneira a opor a infinitude de inconformidades de gênero à norma cisgênera, bem como para destacar que nem todas estas inconformidades reconhecem a transgeneridade como termo possível para compreender suas subjetividades e lutas políticas.

³ É interessante notar o interesse acadêmico em se trabalharem estas distinções (ver, por exemplo, CARVALHO, 2011 e LEITE JR., 2008). Entretanto, tomando-se a desautorização do discurso médico como ponto de partida analítico, esta distinção tem seu significado reduzido.

que nas certezas dos abandonos, dos abusos de poder institucionais e não-institucionais, e das violências que as atravessam quase que unanimemente.

Este trabalho trata, enfim, das estruturas sociais que colonizam as identidades transgêneras e não-cisgêneras, desde diversas de suas definições e insultos até a desumanização que autoriza (implícita ou explicitamente) as variadas formas de violência, passando ainda pelos controles e sanções sociais que comprometem a existência das individualidades transgêneras e não-cisgêneras, frequentemente negando a elas direitos humanos fundamentais.

O título deste trabalho faz referência direta à importante luta política pela despatologização das identidades trans. No Manifesto da Rede Internacional pela Despatologização Trans (2011), esta luta é apresentada como uma denúncia da “psiquiatrização de nossas identidades e [d]as graves consequências do chamado 'transtorno de identidade de gênero’”, tornando visível, também, “a violência que se exerce sobre as pessoas intersexuais mediante os procedimentos médicos vigentes”. Entre as demandas, a retirada da transexualidade dos manuais de doenças mentais, o direito à modificação de documentos, o fim de procedimentos cirúrgicos em recém-nascidxs intersexuais, e garantias de acesso à saúde e ao mercado de trabalho independentemente de uma sujeição às definições tradicionais de 'homem' e 'mulher'.

A referência não é, entretanto, casual: defender a descolonização das identidades transgêneras significa, por um lado, fazer reverência à coragem e consciência presentes na luta pela despatologização, e, por outro lado, refletir sobre as circunstâncias históricas em que estas demandas são efetuadas. Se é verdade que as individualidades transgêneras e não-cisgêneras têm sido capazes de expressar suas perspectivas politicamente e até mesmo conquistar alguns direitos na contemporaneidade, também é evidente que estas possibilidades são severamente limitadas pela ausência praticamente absoluta delas em posições decisórias, sejam elas em instituições médicas, jurídicas, ou acadêmicas. Neste sentido, propor a descolonização das identidades transgêneras pressupõe refletir (1) sobre a cisgeneridade, caracterizada neste trabalho como poder colonial; (2) sobre as identidades transgêneras e não-cisgêneras colonizadas pela normatividade cisgênera; (3) sobre o conceito de (des)colonização, e (4) sua utilidade para pensarmos as opressões derivadas da normatividade cisgênero-colonial.

Ademais, em diversos contextos, a luta política por direitos de pessoas transgêneras e não-cisgêneras é feita a partir do entendimento de que “o objetivo final [...] não parece ser o de conter as identidades e práticas de gênero inconformes dentro de construções e arranjos ligeiramente expandidxs mas ainda normativos.” (THOMAS, 2006, p. 320, tradução nossa)

A seguir, apresenta-se a cisgeneridade como o conceito analítico que nos permitirá discutir a descolonização das identidades transgêneras e não-cisgêneras.

A cisgeneridade

De maneira geral, pensar identidades de gênero significa, tanto em contextos 'leigos' como acadêmicos, pensar as inconformidades de gênero: os 'corpos estranhos' das travestis, xs transexuais diagnosticadas ou não, *drag queens* e *kings* 'performáticos', *genderbenders* e *genderfuckers* 'ininteligíveis', etc. A ênfase nestas inconformidades é de tal magnitude que a oportuna inquietação de Mauro Cabral parece inevitável: “Por que parece que as mulheres e homens têm gênero e as pessoas transexuais têm identidade de gênero?” (2010, p. 221 apud BENTO, 2011, p. 93)

Acima de tudo, esta pergunta crítica de Cabral aponta para a existência de uma evidente assimetria no entendimento de gêneros, ou de identidades de gênero. Afinal, se vivemos em uma sociedade que necessita reafirmar constantemente uma de suas premissas identificatórias mais primitivas – a diferenciação binária entre 'homem' e 'mulher' –, é bastante interessante observar o estranhamento e curiosidade que as transgeneridades e não-cisgeneridades despertam em pesquisadorxs, estudiosxs e produtorxs midiáticos sem que haja um abalo ou questionamento proporcional da construção social da diferença entre corpos humanos e entre corpos não-humanos a partir de critérios binários e imutáveis. Um sintoma desta assimetria estaria na divisão feita frequentemente entre pessoas transgêneras e pessoas 'naturais', 'biológicas'⁴.

Neste sentido, se tomamos a transgeneridade como a identidade de gênero das pessoas que não estejam dentro da esfera de inteligibilidade da norma de gênero dominante – isto é, que em diferentes graus tenham seu gênero, e conseqüentemente sua humanidade, questionadxs, invalidadxs, deslegitimadxs –, estaremos um passo mais próximxs de colocar em xeque determinadas premissas transfóbicas, sobre as quais Kendall Thomas faz uma poderosa reflexão:

“Vivemos em um mundo no qual identidades humanas individuais são forjadas em e através de construções de diferenças de gênero [*constructs of gendered difference*]. No ocidente, a noção de subjetividade humana (do sujeito humano *como tal*) erigiu-se sobre a fundação ficcional de dois gêneros fixos, unificados, e coerentes em um dos quais todxs nós somos

⁴ Mesmo que seja, em determinados contextos, uma diferenciação sem explícitas intenções cissexistas, acredito que a crítica se mantém caso pensemos, como Butler pensou o uso da categoria das mulheres pelo feminismo, que “as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam.” (BUTLER, 2008, p. 22)

inserirxs (pela força, se necessário) ao nascer.” (THOMAS, 2006, p. 316, grifo do autor)

Questionar essa 'fundação ficcional' de gênero, portanto, significa problematizar também a constituição do humano, e por consequência a ideia de que existam homens e mulheres 'biológicxs', uma vez que sua biologia se assenta sobre esta ficção. Além de, evidentemente, denunciar a fantasia transfóbica que desumaniza individualidades transgêneras e não-cisgêneras sem nos deixarmos ludibriar por argumentações infrutíferas sobre a verdade ou inverdade dos discursos transfóbicos, focando-nos nos “efeitos de poder que produzem ou [n]a maneira que se desdobram dentro de sistemas de práticas discursivas e institucionais” (HALPERIN, 2007, p. 50, tradução nossa).

É com estes propósitos que se pretende definir, neste trabalho, a cisgeneridade como categoria analítica. Apesar de o prefixo 'trans-' ser utilizado em oposição ao prefixo 'cis-' com certa frequência no meio científico, o conceito de cisgeneridade tem sido explorado muito mais recentemente, e em círculos relativamente específicos (isto é, mais diretamente envolvidos com as causas políticas transgêneras e não-cisgêneras). As origens do uso do prefixo 'cis-' para se pensar gênero são geralmente relacionadas a tentativas de ativistas trans de “descentralizar o grupo dominante, expondo-o como meramente uma alternativa possível ao invés da norma contra a qual as pessoas trans são definidas” (KOYAMA, 2002, tradução nossa).

Estas diferenças de popularidade de uso dos prefixos 'trans-' e 'cis-' em relação a gênero se relacionam diretamente com os processos de produção de diferenças, usualmente naturalizadores da 'condição' dominante e estigmatizadores da 'condição' dominada. Como aponta Julia Serano, este caminho naturalizador do aspecto dominante pôde ser observado historicamente em relação à sexualidade:

“Há cinquenta anos, a homossexualidade era quase que universalmente vista como não natural, imoral, ilegítima, etc. Nessa época, as pessoas falavam regularmente sobre “homossexuais”, mas ninguém falava sobre “heterossexuais”. Em certo sentido, não existiam “heterossexuais” – todas aquelas pessoas que não praticavam sexo com pessoas de mesmo sexo eram consideradas simplesmente “normais”. (SERANO, 2009)

Uma das respostas encontradas por intelectuais-ativistas esteve no questionamento desta assimetria entre a homossexualidade e a supostamente 'natural' heterossexualidade:

“Mas então, ativistas [...] começaram a desafiar essa noção. Elxs apontavam para o fato de todas as pessoas terem sexualidades [...]. As chamadas pessoas “normais” não eram

realmente “normais” per se, mas sim “heterossexuais”. E xs ativistas apontavam que heterossexuais não eram necessariamente melhores ou mais corretos do que homossexuais, mas sim que o heterossexismo – a crença de que a atração e os relacionamentos entre pessoas de mesmo sexo sejam menos naturais e legítimos que os heterossexuais – institucionalizado em nossa sociedade funciona de maneira a injustamente marginalizar aquelas pessoas que participam de relacionamentos de mesmo sexo.” (Ibidem)

Num sentido semelhante, propor a descentralização dos gêneros, ou identidades de gênero, naturalizadxs – ou seja, expondo a cisgeneridade como apenas uma possibilidade de interpretação de gênero, e não uma premissa a partir de qual se define o que seja 'normal' – sugere um caminho analítico (ou uma trincheira analítica, se formos mais dramáticxs) em que se torna possível equiparar as perspectivas transgêneras e não-cisgêneras às normas cisgêneras dominantes. Este processo de equiparação é, em conjunto com as mudanças sociopolíticas decorrentes dele, o processo de descolonização das identidades e individualidades transgêneras e não-cisgêneras⁵.

Ao definirmos a cisgeneridade como as identidades ou expressões de gênero legitimadas pelas normas cisgêneras dominantes, pretendemos, assim, contribuir para esta equiparação e descolonização. Afinal, utilizar o conceito analítico de cisgeneridade tem o objetivo de, em última instância, desautorizar discursos e práticas que naturalizem a norma cisgênera, compreendendo as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, portanto, como posições marginais e de resistência à dominação colonial cisgênera. Esta compreensão permite que nos afastemos da construção de um saber sobre as transgeneridades e não-cisgeneridades que seja amigável, respeitável e corroborado pelas 'instituições cisgêneras', e que definamos um horizonte de possibilidades que as tenham como posição privilegiada a partir da qual se podem compreender criticamente os sistemas de poder em relação a gênero⁶.

Neste sentido, a próxima seção deste trabalho é dedicada ao detalhamento do que se pretende com o uso de 'identidades trans'.

⁵ Processo que pressupõe, assim, “evitar a armadilha de tomar como dadas as diferenças e, ao contrário, tornar visíveis os processos sociais que as criam.” (MISKOLCI, 2007, p. 12)

⁶ Uma análise de gêneros que se inspira, assim, no esforço foucaultiano de “retirar a sexualidade dentre os objetos de conhecimento e, portanto, desautorizar aqueles ramos do conhecimento baseados em uma compreensão científica ou quase-científica dela” (HALPERIN, 2007, p. 62).

Identidades trans

Identidades são elementos utilizados pela humanidade nos mais diversos aspectos de nossas existências. Podemos perceber a necessidade de recorrer a elas, por exemplo, para responder à aparentemente singela indagação 'Quem é você', ou para pensarmos diversas questões políticas e sociais contemporâneas, que giram em torno de demandas conflitantes entre identidades díspares (SEN, 2006, p. XII, tradução nossa).

Entretanto, em um mundo crescentemente visto como “uma federação de religiões ou civilizações, ignorando todas as outras formas através das quais as pessoas se percebem” (Ibidem, p. XII), torna-se fundamental evitar o erro de pensarmos as pessoas como identificadas com uma e somente uma categoria, bem como o erro de as tomarmos como desprovidas de identidades⁷. Neste sentido, ao pensar que “identificar-se com outras pessoas, em diferentes maneiras, pode ser extremamente importante para viver em sociedade”, é necessário ter em mente que “há uma grande variedade de categorias às quais simultaneamente pertencemos.” (Ibidem, p. 19).

A percepção da simultaneidade nos pertencimentos identitários, somada a uma análise crítica da constituição das identidades mesmas, são importantes contribuições dos Estudos Queer a uma avaliação da dinâmica da luta política em torno das sexualidades e dos gêneros. Através da problematização das normas dominantes e do questionamento dos processos de resistência que flertavam com sub-normalizações do que significaria ser gay, lésbica, ou queer (entre outras), buscou-se a proposição política pela defesa das diferenças, das multiplicidades, mesmo quando articuladas a partir de identidades. (ver MISKOLCI, 2007, p. 9-10). Reconhecendo estas importantes críticas, neste trabalho não se pretende estabelecer qualquer caracterização mais definitiva das individualidades transgêneras e não-cisgêneras que não nos seja útil, tal qual um mapa conceitual, ao entendimento das diversas opressões sofridas por elas.

Com estas considerações em mente, podemos definir o que se pretende ao se utilizarem as 'identidades trans' como conceito analítico. Em primeiro lugar, referir-se a 'identidades trans' significa considerar um amplo espectro de individualidades transgêneras e não-cisgêneras: a redução destas individualidades para 'identidades trans' foi feita com o intuito de deixar mais evidente o paralelo com a luta pela despatologização das transgeneridades e não-cisgeneridades, aproximando-se do mote adotado na luta. Sendo assim, entendem-se por 'identidades trans', ou identidades transgêneras e não-cisgêneras, o conjunto de individualidades cujas identidades ou

⁷A crítica à desconsideração ou minimização da importância das identidades é feita no contexto da teoria econômica, em que a ideia de 'agente racional' é bastante utilizada (SEN, 2006, p. 21).

expressões de gênero sejam, em diferentes graus, deslegitimadas em relação às normas cisgêneras dominantes⁸.

Nesta ampla definição para identidades trans, procura-se reconhecer, também, a crítica feita por Julia Serano à amplitude do termo 'transgênero', utilizado em diversos contextos para as pessoas que “transgridem normas de gênero binárias”; Serano aponta para o fato de que esta abrangência traz o risco de “invisibilizar as dificuldades enfrentadas por aqueles de nós que vivemos na intersecção de formas múltiplas de preconceito baseado em gênero.” (SERANO, 2007, p. 2, tradução nossa) Neste trabalho, a utilização de identidades trans ou identidades-individualidades transgêneras e não-cisgêneras tem como propósito principal não a redução e invisibilização da multiplicidade de experiências de gênero, mas a denúncia da cisgeneridade como norma, atentando para o fato de que estas individualidades têm uma diversidade significativa de objetivos existenciais e demandas políticas.

Em sentido semelhante, é fundamental explicitar que a análise não tem como objetivo reduzir as individualidades transgêneras e não-cisgêneras à sua dimensão de gênero: marcadores como classe, raça-etnia, nacionalidade, sexualidade, nível educacional, religiosidade, entre outros, também influenciam a formação das subjetividades dessas pessoas, em diferentes composições de acordo com as vivências individuais. Estas dimensões devem ser lembradas quando se analisem as formas que as diferentes opressões de gênero operem sobre as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, de forma que seja possível, nas palavras de Audre Lorde, concentrar todas as nossas energias nas lutas que fazem parte de nossas vidas:

“Minha concentração de energia mais completa somente se disponibiliza para mim quando eu integro todas as partes daquilo que sou, abertamente, [...] sem as restrições de definições externamente impostas. Somente então posso congregá-las às minhas energias como um todo a serviço das lutas que incorporo como parte de minha vida.” (LORDE, 1984, p. 120-121, tradução nossa)

Portanto, a proposta deste artigo é destacar o caráter inferiorizado das inconformidades de gênero em relação à norma cisgênera, evidenciando os elos comuns de colonização que permeiam estas individualidades, de maneira que suas diferenças sejam respeitadas a partir da consciência das origens opressivas que atingem a todos, respeitando-se, ainda, fatores além do gênero que enriquecem nossas vivências e lutas políticas, em especial aqueles em que este trabalho se inspira mais diretamente, ainda

⁸ Esta compreensão é inspirada na definição proposta por Harney (2007, tradução nossa): “uma pessoa transgênera é alguém cujo gênero não é universalmente considerado válido”.

vivos nos diferentes povos colonizados do mundo, inferiorizados por sua raça-etnia, linguagens, modos de vida e esperanças de descolonização.

(Des)colonização

“Então x colonizadx descobre que sua vida, sua respiração, as pulsações de seu coração são as mesmas do colono. [...] Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança dx colonizadx. Se, com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina, não me imobiliza mais, sua voz já não me petrifica. Não me perturbo mais em sua presença. Na verdade eu o contrario.” (FANON, 1979, p. 34)

Em geral, associa-se o conceito de colonialismo ao “processo histórico de estabelecimento de colônias” por determinada nação (HOUAISS, 2001, p. 763, acepção 1). E, ainda que não seja trivial constituir critérios temporais, geográficos ou políticos que permitam delinear com relativa exatidão o que seria(m) o(s) período(s) colonial(is), há uma correlação bastante presente entre o conceito de colonialismo e a dominação europeia, a partir do século XVI, de populações inúmeras e territórios hoje denominados americanos, africanos, asiáticos, oceânicos. Esta associação pode ser atribuída, em parte, às características gerais deste projeto colonial europeu, diretamente relacionados à exploração comercial e produtiva que deu impulso às origens do contemporâneo sistema econômico capitalista, as revoluções industriais⁹.

As discussões sobre o colonialismo e seu legado, entretanto, não se restringem atualmente aos aspectos relacionados às relações políticas e comerciais entre colônias e metrópoles. Neste sentido, os estudos Pós-Coloniais se desenvolvem dentro de dois contextos amplos e interligados: o primeiro deles se refere à própria história das descolonizações, em que intelectuais e ativistas (re)pensaram e desafiaram definições dominantes de raça, cultura, linguagem e classe; e o segundo, à revolução na tradição intelectual 'ocidental' na forma de pensar questões semelhantes, como a linguagem, a formação de subjetividades, e o significado de cultura (LOOMBA, 1998, p. 20, tradução nossa).

Sendo assim, a ampliação do escopo dos estudos sobre o colonialismo trouxe também análises e contestações das influências do projeto colonial nas relações de gênero e sexualidade, tanto em seu período de domínio efetivo como em seus efeitos e

⁹ Essa é uma questão desenvolvida por Loomba (1998, p. 4) ao trabalhar os termos 'colonialismo', 'imperialismo', 'neo-colonialismo', 'pós-colonialismo'. Estes termos não podem ser compreendidos simplesmente a partir de definições semânticas, mas sim na relação entre as suas mudanças de significado e os processos históricos.

presenças contemporâneas, tornando o 'pós' dos estudos Pós-Coloniais menos ligados à temporalidade em relação ao colonialismo que a uma perspectiva pós-estruturalista¹⁰. Pensar, por exemplo, os mecanismos artísticos e culturais que levam, e levaram, à exotificação de subjetividades coloniais¹¹ permite tanto que se tornem mais complexas as avaliações históricas do colonialismo, quanto que se fundamentem em bases históricas as diversas expressões opressivas contemporâneas.

Ao tomar a (des)colonização como conceito analítico para as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, pretende-se denunciar o caráter colonizatório dos obstáculos institucionais e não-institucionais a uma existência digna a essas pessoas, incluindo-se aqui sua exclusão sistemática de espaços de decisão e produção de conhecimento, bem como explicitar o etnocentrismo que permeia as definições dominantes de gênero, desestabilizando cronologias que privilegiam instituições médicas para analisar inconformidades de gênero – respeitando, pois, a existência histórica de perspectivas outras sobre gênero que não a 'ocidental'¹².

Analisar as condições de existência das individualidades transgêneras e não-cisgêneras como relacionadas ao conceito de colonialismo significa, assim, entendê-lo em sua acepção de “inferioridade ou sujeição de uma comunidade [...] dominada por outra[...]” (HOUAISS, 2001, p. 763, acepção 5), tomando-se 'comunidade' em sua constituição mais abstrata, isto é, como a ligação interpessoal “por determinada consciência histórica e/ou por interesses sociais e/ou culturais e/ou econômicos e/ou políticos comuns” (HOUAISS, 2001, p. 782, acepção 12.4). Transgeneridades e não-cisgeneridades, a partir da percepção de que suas perspectivas de gênero são inferiorizadas e desumanizadas em relação às normatividades cisgêneras, teriam nela o interesse comum que definiria essa comunidade colonizada: tomar consciência da vigência de um regime colonial de gênero consistiria, assim, em enxergar criticamente a hierarquização sistêmica das perspectivas cisgêneras acima das transgêneras e não-cisgêneras, e em encontrar formas de resistência individuais e sociais a este regime.

¹⁰ Segundo Jorge de Alva, o pós-colonialismo “não deveria significar tanto a subjetividade 'posterior' à experiência colonial quanto a subjetividade de oposição a discursos e práticas de cunho imperialista/colonizatório”. (1995 apud LOOMBA, 1998, p. 12).

¹¹ Sobre construções discursivas coloniais relativas a gênero e sexualidade, ver Loomba (1998, p. 151-172).

¹² Neste sentido, procura-se problematizar análises que invisibilizem, em diferentes graus, a existência de “[...] culturas que rejeitam sistemas de gênero e sexo binários” (GREENBERG, 2006, p. 53, tradução nossa). Esta invisibilização é especialmente notável ao se considerarem transgeneridades transexuais ou intersexuais, em cujas cronologias usualmente prevalecem discursos médicos.

Na próxima seção, pretende-se analisar, a partir da articulação entre cisgeneridade, transgeneridades e não-cisgeneridades e (des)colonização, algumas evidências da cisgeneridade como normatividade colonial.

Cisgeneridade normativo-colonial

Como são, afinal, colonizadas as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, assim como estas individualidades constituídas, de diversas formas – e nem todas isentas de problemas –, em identidades? Propõe-se, aqui, pensar a colonização cisgênera a partir de três aspectos interligados entre si: (1) o ideológico, que posiciona a cisgeneridade como superior ou central em relação às transgeneridades e não-cisgeneridades; (2) o político, que exclui individualidades e perspectivas políticas transgêneras e não-cisgêneras de esferas de decisão – particularmente daquelas que xs afetam mais diretamente; e (3) o individual, que inferioriza, psicológica e socialmente, subjetividades transgêneras e não-cisgêneras¹³.

Assim, a composição destxs diferentes aspectos e esferas da colonização cisgênera faz com que esse domínio colonial seja exercido através de uma miríade de vetores cujas direções, sentidos e módulos são variados, comumente articulados entre si, mas também com possibilidades de contradições e concessões, havendo instâncias de afrouxamento das opressões, ainda que, eventualmente, a partir de premissas problemáticas¹⁴. Um dos vetores ideológicos que constitui um dos nexos colonizadores mais visíveis das individualidades transgêneras e não-cisgêneras reside nas definições médico-patologizantes para algumas destas individualidades, que pensaremos a seguir.

Tomando-se as definições atualmente presentes na 'classificação internacional de doenças-10' da Organização Mundial de Saúde (2010) para os 'transtornos de identidade de gênero' (cap. V, código F64), percebe-se a centralidade da cisgeneridade: do “desejo de viver como membrx do sexo oposto [*sic*]” (em 'transexualismo', cód. F64.0) ao “persistente e intenso desconforto com o sexo assignado” (em 'transtorno de identidade de gênero da infância', cód. F64.2), é evidente que estes sentimentos são apresentados como anormais em relação aos sentimentos de cisgeneridade tidos como adequados,

¹³ O aspecto individual da colonização é um elemento fundamental na crítica anticolonial de Fanon: “No período de colonização não contestada [...], as posições defensivas dxs colonizadxs desmoronam, e estxs últimxs se veem então em grande número nos hospitais psiquiátricos. Há, portanto, nesse período calmo de colonização vitoriosa uma regular e importante patologia mental produzida diretamente pela opressão.” (FANON, 1979, p. 212)

¹⁴ O acesso a recursos farmacêuticos e cirúrgicos para algumas pessoas transgêneras e não-cisgêneras, concedido a partir da premissa patologizante, pode ser compreendida como um exemplo desse afrouxamento problemático da opressão colonizadora.

sem que ressalva ou crítica sejam feitas às opressões impostas desde o nascimento a estas pessoas inconformes¹⁵ – onde residiriam, afinal, as raízes dos seus 'desconfortos' e sofrimentos.

Estas construções médicas de natureza cisgênero-binária acabam por influenciar os entendimentos jurídicos sobre gênero. Tratando do sistema legal norte-americano, Julie A. Greenberg (2006, p. 53) problematiza estes entendimentos: “Na legislação que se utiliza do termo sexo está implícita a premissa de que somente dois sexos biológicos existem e que todas as pessoas se encaixam perfeitamente em uma destas duas categorias”. Podem-se compreender, a partir desta premissa, as dificuldades encontradas por diversas pessoas transgêneras e não-cisgêneras para realizar alterações desejadas de nome e gênero¹⁶.

As dificuldades não se limitam às questões de nome e sexo legais, entretanto. A violência cometida contra pessoas intersexuais é exposta, ainda que de maneira acrítica, em artigo da revista *piauí*:

“O hermafrodita [*sic*] costuma nascer com um pênis e uma vagina [*sic*], a chamada genitália ambígua [*sic*]. Nesses casos, Alexsandro é chamado para dar um parecer e, quando indicado, intervir cirurgicamente para determinar o sexo do bebê. A situação é considerada uma emergência médica porque os pais precisam da definição sexual para registrar a criança.” (BECKER, 2010)

Para além da ausência de questionamentos acerca da necessidade e mesmo possibilidade de definição de sexos, a violência cirúrgica e a 'emergência médica' são legitimadas em nome do registro legal – evidência da importância que é dada à definição genitalizante e binária de gênero.

A existência destas opressões está intrinsecamente relacionada às ausências relativas de pessoas transgêneras e não-cisgêneras em posições de decisão e influência nas esferas do direito e da medicina, entre outras, ausências que constituem o aspecto político da cisgeneridade normativo-colonial. A posição colonizada destas pessoas faz com que suas possibilidades políticas se restrinjam a demandar dignidade, equidade e recursos dentro de uma estrutura construída por e para pessoas cisgêneras, havendo pouca, se alguma, margem para questionamento dos fundamentos mesmos desta

¹⁵ Afinal, “a ideia fundante das clínicas de disforia de gênero foi, primeiramente, a de estudar uma interessante e potencialmente financiável aberração humana; e, em segundo lugar, de prover ajuda [...] para um 'problema corrigível'.” (STONE, 1991, p. 160, tradução nossa)

¹⁶ Dificuldade que se evidencia em um dos casos de recusa a pedidos de alteração de sexo legal: por não ter se submetido à determinados procedimentos cirúrgicos, o tribunal determinou haver 'falta de interesse de agir' por parte da mulher transexual (TJ-SP..., 2011).

estrutura: neste sentido, o suposto conservadorismo e desejo de adequação de algumas pessoas transgêneras e não-cisgêneras, apontados por alguns estudos, somente poderia ser minimamente compreendido caso se considerassem estas restrições estruturais e as decorrências destas sobre suas subjetividades¹⁷.

A ausência relativa de pessoas transgêneras e não-cisgêneras em posições decisórias é uma realidade facilmente observável em praticamente todas as esferas de sociabilidade; ela se apresenta de maneira peculiar, entretanto, na produção de conhecimentos acadêmicos, em que a sua ausência como pesquisadorxs e doutorxs convive com uma crescente presença como sujeitxs-objetos de estudo. Seria possível pensar esta particular convivência como relacionada à colonização cisgênera?

Ao refletir sobre a produção 'ocidental' de conhecimentos acadêmicos como fortemente eurocêntrica, Raewyn Connell, em seu livro *Southern Theory*, observa o seguinte:

“O mundo colonizado foi meramente uma base de dados [*data mine*] cujas informações brutas eram exportadas à 'metrópole' [...] para produção teórica que, então, seria construída como uma visão definitiva dx colonizadx. Neste sentido, a relação entre colonizador e colonizadx não é diferente quando se considera a esfera acadêmica em comparação à política ou industrial, por exemplo”. (2007 apud CROSS, 2010b, tradução nossa)

As observações de Connell encontram paralelo nas participações de individualidades transgêneras e não-cisgêneras em trabalhos acadêmicos:

“Nós fomos e ainda somos exploradxs por pesquisadorxs para suportar suas teorias – sejam elas psicológicas, antropológicas ou sociológicas – mas raramente temos a oportunidade de falar sem que x homem ou mulher cis de jaleco branco interprete o que dizemos ou interponha uma identidade para nós.” (CROSS, 2010a, tradução nossa).

Desta forma, estas individualidades acabamos por servir para validação de teorias e propósitos políticos em pesquisas acadêmicas, ao invés de “termos a oportunidade de falar diretamente a respeito de questões que afetam nossas próprias vidas” (SERANO, 2007, p. 12). Neste sentido, analisar criticamente a produção

¹⁷ Ver, por exemplo, Lorbe (1994, p. 20, apud CROSS, 2011, tradução nossa), que infere que “travestis e transexuais não desafiam a construção social de gênero” por almejarem ser “mulheres femininas e homens masculinos”, invisibilizando nesta análise uma vasta gama de individualidades transgêneras e não-cisgêneras. Esta tendência de se aplicarem “critérios teóricos no afã de determinar o que é 'verdadeiramente' radical ou resistente e o que parece ser, mas que em realidade é recuperado, reinscrito dentro do que se busca escapar” já é fortemente rechaçada por Foucault (HALPERIN, 2007, p. 136).

acadêmica sobre realidades transgêneras e não-cisgêneras significa atentar para a presença destes aspectos colonizatórios e para limitações teórico-políticas daí advindas.

Fazer a crítica à centralidade e superioridade das perspectivas cisgêneras e às múltiplas ausências de pessoas transgêneras e não-cisgêneras tem, assim, o objetivo de provocar um reexame dos caminhos analíticos utilizados para se pensar as transgeneridades e não-cisgeneridades e, como consequência, uma mudança significativa nas perspectivas em relação a estas individualidades. Espera-se, ainda, que esta mudança seja concomitante a um processo de tomada de consciência crítica e à ampliação da presença de pessoas transgêneras e não-cisgêneras em esferas de decisão. Este processo e ampliação engendrariam uma dinâmica cujo potencial é o de desfazer as consequências da colonização cisgênera sobre as subjetividades inferiorizadas e estigmatizadas das pessoas transgêneras e não-cisgêneras, e é a estas pessoas que se dedicam as linhas conclusivas deste artigo.

Conscientizar-nos da situação de inferiorização e marginalização ideológica, política e individual constitui-se em um processo fundamental para nossa inserção crítica no mundo¹⁸, levando ao questionamento das barreiras às nossas possibilidades existenciais e à percepção de que, afinal, a realidade *não* é assim mesmo, e de que “estas pessoas [cisgêneras] *não possuem e não devem possuir o saber canônico*” (CROSS, 2011, grifo da autora). E caso se proponha “uma linguagem analítica mais profunda à teoria transexual [ou transgênera]” (STONE, 1991, p. 166), isso não significa que somente individualidades transgêneras e não-cisgêneras sejam capazes de pensar gêneros ou realidades transgêneras e não-cisgêneras, mas sim que há um potencial inexplorado, em nossas histórias frequentemente invisibilizadas, de desestabilizar os fundamentos nos quais se assentam os discursos dominantes de gênero.

Nas primeiras palavras de sua *Pedagogia dx Oprimidx*, Paulo Freire compartilha conosco um momento ocorrido em um curso de que participou. Em uma discussão sobre a “periculosidade da consciência crítica”, conta dos dizeres de uma pessoa a respeito: “Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso *ingênuo* e, ao descobrir-me *ingênuo*, comecei a tornar-me *crítico*. Esta descoberta, contudo, nem me faz fanático, nem me dá a sensação de desmoronamento.” (FREIRE, 2011, p. 31-32)

Consciente das limitações sociais que nos impõem dificuldades em compartilharmos ideias e lutas – reconhecendo, assim, o papel dxs colonizadorxs na

¹⁸ Inserção que Paulo Freire define como a “tomada de decisão no sentido da intervenção no mundo” (FREIRE, 1997, 4'19”), distinguindo-a da mera adaptação às condições sociais dadas.

promoção de estratégias de desintegração política –, bem como de minhas limitações, espero que este trabalho possa, ainda assim, servir ao despertar de consciência crítica das pessoas transgêneras e não-cisgêneras, e não somente delas. Que o uso analítico do conceito de cisgeneridade facilite a percepção das opressões e, principalmente, das ideologias e estruturas sócio-políticas que as autorizam implícita ou explicitamente. Não para que nos tornemos fanáticos ou desesperançosos com nossa existência, mas para nos tornarmos *críticos* em relação a ela, gerando a energia intelectual e física que leve às transformações sociais e políticas de nossa descolonização.

Referências bibliográficas

BECKER, Clara. Como mudar de sexo. Revista piauí. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-43/anais-da-medicina/como-mudar-de-sexo>, 2010.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: Colling, L. (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, p.79-110, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CABRAL, Mauro. *Relatório do Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde*. Arilha, Margareth (et alli). São Paulo: CCR, 2010.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CONNELL, Raewyn. *Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Sidney: Allen & Unwin Australia, 2007.

CROSS, Katherine. *I Am Whoever You Say I Am*. Disponível em: <http://quinnae.wordpress.com/2010/10/01/i-am-whoever-you-say-i-am/>, 2010a

_____. *A Social Symphony: The Four Movements of Transphobia in Theory*. Disponível em: <http://quinnae.wordpress.com/2010/10/29/a-tireless-waltz-the-four-movements-of-transphobia-in-theory/>, 2010b.

_____. *Theory is Yours: A Brief Archaeology of Trans Feminist Awesome*. Disponível em: <http://www.questioningtransphobia.com/?p=3284>, 2011.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1979.

FREIRE, Paulo. *Paulo Freire: última entrevista*. São Paulo: TV PUC de São Paulo. Disponível em <http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Controle?op=detalhe&tipo=Video&id=622>, 1997.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GREENBERG, Julie. The Roads Less Traveled. In: Currah, P.; Juang, R.; Minter, S. (ed.). *Transgender Rights*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 51-73, 2006.

HALPERIN, David. *San Foucault: para una hagiografía gay*. Trad. Mariano Serrichio. Argentina: Ed. Literales, 2007.

HARNEY, Lisa. *About Questioning Transphobia*. Disponível em: http://www.questioningtransphobia.com/?page_id=2630, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOYAMA, Emi. *Cissexual/Cisgender: decentralizing the dominant group*. Disponível em <http://www.eminism.org/interchange/2002/20020607-wmstl.html>, 2002.

LEITE JR., Jorge. “*Nossos corpos também mudam*”: *Sexo, Gênero e a Invenção das Categorias “Travesti” e “Transexual” no Discurso Científico*. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

LOOMBA, Ania. *Colonialism / Postcolonialism*. London: Routledge, 1998

LORBER, Judith. *Paradoxes of Gender*. New Haven: Yale Univ. Press, 1994.

LORDE, Audre. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Freedom: The Crossing Press, 1984.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização*. Anais da 16º COLE. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01_pdf, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems, 10th Revision*. Disponível em <http://www.who.int/classifications/icd/en/>, 2010.

REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS. *Manifesto*. Disponível em: <http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>, 2011.

SEN, Amartya. *Identity and Violence – The Illusion of Destiny*. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2006.

SERANO, Julia. *Whipping Girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Emeryville: Seal Press, 2007.

_____. *Whipping Girl FAQ on cissexual, cisgender, and cis privilege*. Tradução disponível em: <http://parlerfemme.wordpress.com/2010/07/13/traducao-a-missao/>. Original disponível em: <http://juliaserano.livejournal.com/14700.html>, 2009.

STONE, Sandy. The "Empire" Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto. In: Straub, K. & Epstein, J. (ed.). *Body Guards: The Cultural Politics of Gender Ambiguity*. New York: Routledge, 1991

THOMAS, Kendall. Are Transgender Rights Inhuman Rights? In: Currah, P., Juang, R., & Minter, S. (ed.). *Transgender Rights*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 310-326, 2006.

TJ-SP nega pedido de alteração de sexo em registro. Revista Consultor Jurídico. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2011-abr-08/tj-sp-nega-pedido-alteracao-nome-sexo-registro-civil>, 8 abr. 2011.